



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/____

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE
SERRALHERIA NO PRÉDIO DESTA E. TRIBUNAL, QUE
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. T2-EOF-2012/00428

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Jaderson Correa dos Passos**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: () _____, Fax: () _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº T2-EOF-2012/00428, em consequência do Pregão Eletrônico nº 175/2012, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em __/__/____, por despacho lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *execução de diversos serviços de serralheria no prédio desta E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a execução de diversos serviços de serralheria no prédio deste E. Tribunal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 175/2012 e seu Anexo I, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

2.1- Fornecimento e instalação de 21 (*vinte e uma*) portas de veneziana em alumínio anodizado, similares às instaladas nos *shafts* do hall dos elevadores do prédio Anexo II, conforme croqui 1 do Anexo I do Edital (Planta 1/3), para substituição das portas de madeira dos *shafts* elétricos localizados no corredor principal de todos os andares do prédio sede (do 2º ao 22º pavimento).

2.1.2 - Descrição dos materiais:

2.1.2.1 - Alumínio anodizado cor natural fosco;

2.1.2.2 - Micragem : 20 micra.

2.2 - Fechamento de área para depósito, no subsolo do prédio Anexo I, com cantoneiras, chapas de aço vincadas em "X" e telas fixas, nas dimensões constantes no croqui 2 do Anexo I do Edital (Planta 2/3).

2.2.1 - O depósito será dotado de 1 (*um*) portão de duas folhas em cantoneira com chapa de aço.

2.2.2 - O arremate do encontro entre as chapas de aço / arame galvanizado e as cantoneiras / perfis "T" deverá ser executado com barras chatas de 1" x 1/8", presas com solda.

2.2.3 - Seguem abaixo as especificações dos materiais utilizados:

2.2.3.1 - Chapa de aço galvanizado # 18;

2.2.3.2 - Tela ondulada em arame galvanizado de malha de 1" x 1", fio 10;

2.2.3.3 - Cantoneira de 1 1/4" x 1/4" em ferro "T";

2.2.3.4 - Cantoneira de 1 1/4" x 1 1/4" x 1/4" para fechamento;

2.2.3.5 - Cantoneira 1" x 1" x 1/4" para os portões;

2.2.3.6 - Barras chatas de 1" x 1/8";

2.2.3.7 - Trinco com porta-cadeado.

2.2.4 - Todas as estruturas deverão receber tratamento à base de cromato de zinco.

2.2.5 - A pintura de acabamento será em esmalte sintético, preto acetinado.

2.3 - Fornecimento e instalação de 12 (*doze*) unidades de porta de enrolar em aço pintado com acionamento automático (croqui 3 do Anexo I do Edital - Planta 3/3), conforme especificação abaixo.

2.3.1- Porta de Enrolar:

2.3.1.1 - Porta de enrolar automática com chapa nº 24 galvanizada micro perfurada meia cana;

2.3.1.2 - Guia lateral em chapa nº 16 galvanizada com PVC auto lubrificante, soleira em metalon galvanizado com borracha de vedação;

2.3.1.3 - Eixo tubular em aço 1021;

2.3.1.4 - Moto-reductor (monofásico) 220w 1720 rpm com freio eletromagnético, fim de curso, limitadores de paradas automáticas, com acionamento através de botoeira de comando composta por 03 botões, (abre, para e fecha);

2.3.1.5 - Sistema de correntes (talha manual) para emergência na falta de energia elétrica;

2.3.1.6 - Pintura eletrostática pó na cor preto fosco;

2.3.1.7 - Garantia de 02 (dois) anos pelo fabricante;

2.3.1.8 - Toda parte elétrica (fornecimento e instalação) será de responsabilidade do contratado.

2.4 - Fornecimento e instalação de 01 (*uma*) porta de aço lisa, semelhante à existente, para substituição de todas as portas de aço existentes na fachada do prédio do Contratante (croqui 3 do Anexo I do Edital - Planta 3/3), conforme especificação abaixo.

2.4.1 - Porta de Aço Lisa:

2.4.1.1 - Porta em chapa de aço galvanizada, com tratamento anti-ferruginoso, com requadrado tubular resistente, revestida em aço galvanizado;

2.4.1.2 - Toda fixação será com solda mig;

2.4.1.3 - Acabamentos com uma demão de fundo especial para aço galvanizado;

2.4.1.4 - As espessuras das chapas e do requadro tubular serão as mesmas da porta existente;

2.4.1.5 - Pintura eletrostática a pó na cor preto fosco.

2.5 - As portas deverão conter todos os acessórios necessários para sua instalação e funcionamento, tais como guias, motores, montantes, fechaduras, travas laterais, eixos, controles elétricos etc.

2.6 - Todas as medidas das peças a serem fabricadas deverão ser confirmadas no local, antes da execução dos serviços.

3- CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1.1 – Os serviços deverão ser executados de modo a não interferir no funcionamento normal do prédio, devendo a Contratada apresentar à Seção de Fiscalização de Obras (SEFISC) a programação semanal de serviços a serem executados fora do horário de expediente, com no mínimo dois dias úteis de antecedência, anexando a relação dos empregados que irão trabalhar, documento de identidade de cada um deles e outras solicitações necessárias;

3.1.2 – O local da execução do serviço bem como as partes afetadas deverão ser mantidos devidamente limpos, devendo ser prevista a proteção dos bens móveis e/ou imóveis com material apropriado no caso de risco de danos ou manchas provenientes do serviço;

3.1.3 – A remoção de entulho ou restos de material, devidamente ensacados, deverá ser efetuada fora do horário de expediente do prédio, pelo elevador liberado para carga até o Térreo de onde será retirado pela Contratada;

3.1.4 – Todos os locais deverão ser entregues perfeitamente limpos, sem vestígios de obra e de material;

3.1.5 – Deverá ser definido junto à Seção de Fiscalização de Obras e ao Núcleo de Segurança local para guarda de equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga de materiais;

3.1.6 – Na hipótese de ser necessária alteração na execução dos serviços, a Contratada somente poderá fazê-lo mediante prévia autorização da fiscalização

3.2 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.2.1 - O prazo de execução dos serviços é de ____ () dias, dias **[no máximo 120 (cento e vinte) dias, conforme Proposta]**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.2.2 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei n.º 8666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

4.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.1.2 - A Contratada utilizará na prestação dos serviços, mão de obra tecnicamente qualificada e legalmente habilitada, ferramentas máquinas e equipamentos adequados e materiais de boa qualidade, em quantidade suficiente à realização dos serviços;

4.1.3 - A Contratada afastará ou substituirá qualquer empregado que comprovadamente e por recomendação do gestor do Contrato causar embaraço à boa execução do serviço;

4.1.4 - A Contratada manterá o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato;

4.1.5 - A Contratada permitirá que seus empregados, sempre que estiverem trabalhando nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna;

4.1.6 - A Contratada permitirá o livre exercício da fiscalização pelo Contratante;

4.1.8 - A Contratada responderá a contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados, sendo de sua inteira responsabilidade o fornecimento de equipamento de proteção individual a seus funcionários;

4.1.7 - A Contratada reparará, ou quando isto for impossível, indenizará quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução do Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

4.1.8 - Os empregados da contratada, quando prestando serviços na sede do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, posto que manterão contrato de trabalho com a empresa contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.1.9 - A Contratada manterá e entregará os locais onde se desenvolverem os serviços, devidamente limpos e recuperados;

4.1.10 - Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

4.1.11 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o Contratante.

4.1.12 - Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização do objeto do presente, apresentando relação das ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue à Equipe de Segurança do Contratante, para posterior conferência, ao término dos serviços, o que, contudo, não exime a Contratada da responsabilidade pelo ressarcimento e/ou reposição total em caso de quaisquer danos ou extravios.

4.1.12.1 – Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza que não sejam da própria empresa, salvo quando houver autorização do Setor Competente.

4.1.12.2 – Todos os materiais empregados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade e em consonância com o estabelecido neste Contrato, sendo vedado o uso de material improvisado ou peças adaptadas.

4.1.13 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

5.1 – DO PREÇO:

5.1.1 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Fornecimento e instalação de porta de veneziana em alumínio anodizado fosco, conforme especificação	pç	21		
02	Fechamento de área para depósito conforme croquis e materiais similares aos existentes	pç	1		
03	Fornecimento e instalação de 12 (doze) unidades de porta automática de enrolar conforme especificações	cj	1		
04	Fornecimento e instalação de 01 (uma) porta de aço lisa, conforme especificações	pç	1		
VALOR TOTAL ESTIMADO:				R\$	

5.1.2 - O VALOR GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____ ();

5.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos, como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao perfeito cumprimento do objeto deste Contrato;

5.1.4 - Os preços são fixos e irrevogáveis.

5.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.2.1 – O pagamento será efetuado, mensalmente, após a conclusão dos serviços solicitados pela SEFISC no período, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal discriminativo dos serviços, devidamente atestado pelo responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do referido atesto;

5.2.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

5.2.2 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

5.2.2.1 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 5.2.2, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.2.3 – O documento fiscal deverá ser entregue na Divisão de Compras (DICOM), Rua Acre, 80 - 16º andar – sala 1604, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (duas) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.gov.br;

5.2.4 - Para fins do disposto no subitem 5.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

5.2.5 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

5.2.5.1- A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa n.º 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nº 539 de 25/04/2005 e nº 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

5.2.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.2.7 - A Contratada deverá, ainda, manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

5.2.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

5.2.8 – O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

5.2.8.1 - Existência de qualquer débito para com o mesmo;

5.2.8.2 – Se os serviços/materiais prestados/fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - A despesa decorrente da prestação dos serviços objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.0001	3.3.90.39.16	000.906	

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

7.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6 - Se as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

7.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

7.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

7.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.10 - A aplicação das penalidades será precedida de concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

7.11 – Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

7.12 – O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

7.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte maneira:

8.1.1 – **Provisoriamente** – imediatamente após a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

8.1.2 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, e depois de concluída a vistoria, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

8.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

8.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais e/ou serviços foram entregues e/ou prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

8.4 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços e/ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

9.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 – Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 175/2012 e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de __/__/____ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços e materiais a serem executados/fornecidos, juntada às fls. ____;
- c) ATESTADO DE VISITA fornecido pela Seção de Fiscalização de Obras/SEFISC, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. ____ do Processo.

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – Na hipótese de serem necessários serviços não previstos ou modificações, para mais ou para menos, ou no caso de ser necessária a substituição de materiais discriminados nos projetos ou especificações fornecidas pelo Contratante, a Contratada somente poderá fazê-lo mediante prévia autorização da fiscalização.

11.4 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA

12.1 – O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 8.1.2 da Cláusula Oitava.

12.2 - O prazo de garantia dos Serviços é de ____ () meses, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 8.1.2 da Cláusula Oitava.

12.3 – A garantia será solicitada sempre que houver danos ou defeitos provenientes de má fabricação das peças, uso de materiais de baixa qualidade e má instalação dos mesmos.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/95 e nº 10.192 de 14/02/2001.

14.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

14.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (16º andar – sala 1603A), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 04 (*quatro*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de .

JADERSON CORREA DOS PASSOS
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
(Cargo)